

CRÉDITO AO TRABALHADOR: Novo consignado pode aumentar o endividamento; entenda



Mesmo com o atrativo de ter uma taxa de juros reduzida, especialista do FGV Cemif aconselha cautela na contratação do programa.

O programa “Crédito do Trabalhador”, que oferece empréstimo consignado voltado para empregados com carteira assinada do setor privado, incluindo os domésticos, trabalhadores rurais e contratados por microempreendedores individuais (MEIs), entrou em vigor na última sexta-feira (21/03). A opção terá uma taxa de juros reduzida e desconto direto na folha de pagamento.

Apesar de atrativa, o coordenador do Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV (FGVCemif), Lauro Gonzalez, ressalta que “é preciso haver cautela, tendo em vista o já elevado grau de comprometimento de renda da população para o pagamento de dívidas”.

Em 2023, a instituição realizou o levantamento a Evolução do Crédito para Pessoas Físicas no Brasil e suas Distorções que constatou que o crédito para pessoa física voltado para consumo tem crescido fortemente (volume como percentual do Produto Interno Bruto (PIB), participação na dívida total das famílias, etc).

Além disso, o estudo mostrou que juros cobrados em diversas modalidades de crédito para pessoa física no Brasil são bastante altos quando comparados a outros países, o que ajuda a explicar o elevado grau de comprometimento de renda das famílias para o pagamento de dívidas e os mais de 72 milhões de negativados.

Alternativas

Para a instituição, em vez do consignado, seria recomendável a expansão de outras modalidades de crédito, com destaque para o crédito imobiliário, o crédito para microempresas e o microcrédito.

E diante da provável expansão do consignado, uma das formas de mitigar o superendividamento seria uma maior regulação da oferta de cartão de crédito, por exemplo, estabelecendo mais exigências de provisionamento de capital.

Com esse cenário, o núcleo de estudos do superendividamento do FGV Cemif elencou alguns pontos de atenção sobre o novo consignado, entre eles, o uso do crédito para pagar outras dívidas. O problema observado é que muitas pessoas, embora utilizem essa modalidade de crédito para quitar dívidas anteriores, muitas vezes, não ocorre a redução de endividamento.

Além disso, um novo contrato via consignado, por envolver um prazo mais longo, tende a aumentar a chance de utilização de outras modalidades de crédito em conjunto com o próprio consignado, o que pode contribuir para o endividamento.

Outro ponto de atenção é o maior assédio de instituições oferecendo crédito, na esteira do anúncio do governo, aumentando a chance de contratações de crédito predatório.

Com o novo programa, mais de 80 bancos e instituições financeiras poderão ter acesso ao perfil de trabalhadores com carteira assinada por meio do eSocial. A partir de 25 de abril, todos os bancos poderão ofertar o crédito em suas plataformas digitais.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, mais de 40 milhões de trabalhadores fizeram a simulação do novo crédito consignado de sexta-feira (21/03) até as 18h do último domingo (23/03). Ao todo, as simulações somaram 40.180.384, com o potencial de oferecer crédito menos caro a até 47 milhões de pessoas.

Foto: Divulgação

<https://jornalpanfletus.com.br/noticia/6507/credito-ao-trabalhador-novo-consignado-pode-aumentar-o-endividamento-entenda-em-20/09/2026-08:02>